

# COLONIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE ENTRE GEOGRAFIA, GÊNERO E CLASSE NA LITERATURA: QUEM PODE ESCREVER?

## COLONIALITY AND INTERSECTIONALITY BETWEEN GEOGRAPHY, GENDER AND CLASS IN LITERATURE: WHO IS ABLE TO WRITE?

Juliano Casimiro de Camargo Sampaio 1  
Lucelita Maria Alves 2  
Nicolly Evannys Zifirino Lima 3

Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pós-Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Artes Cênicas (UNICAMP). Coordenador do Laboratório de Composição Poética Cênica, Narratividade e Construção de Conhecimento (CONAC), [www.conac.net](http://www.conac.net). Diretor do Eu-Outro Núcleo de Pesquisa Cênica. Atua como diretor teatral e de espetáculos de dança no Tocantins e no interior de São Paulo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3311297887691146>. E-mail: [juliano.casimiro@uft.edu.br](mailto:juliano.casimiro@uft.edu.br)

Escritora, ocupa a cadeira nº. 19 na Academia Palmense de Letras, tendo como Patrono o Poeta e Escritor Brasileiro CASIMIRO DE ABREU, desde 17 de agosto de 2012. Especialista em Administração Pública (UFBA). Graduada em Psicologia (ULBRA-TO) e Letras (UFT). Publicou os livros “Carretel de Rosas”; “O amor de gato tigre por Charlotte Cachecol”; “O Canto da Carpideira” e “Sobre Dora e Dores”. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8807121512191343>. E-mail: [carretelderosas@gmail.com](mailto:carretelderosas@gmail.com)

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), campus Porto Nacional –TO. Mestre em Letras – Literatura, na linha de Literatura, História e Imaginário, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Metodologia do Ensino de Artes pelo Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR). Licenciada em Artes–Teatro-Licenciatura pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Diretora do grupo de Arte e Teatro POARTRO, e integrante do grupo de teatro Gatos, Gatices e Gataria. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8953632077903619>. E-mail: [nicolly.lima@ifto.edu.br](mailto:nicolly.lima@ifto.edu.br)

**Resumo** : O presente trabalho pretende fazer uma abordagem sobre os efeitos decorrentes do histórico de dominação colonial e patriarcal que conferem sobre as futuras produções literárias um estigma de inferioridade, ainda que subjetivo, a depender de onde e/ou quem seriam esses novos escritores. Este estigma se passaria primeiramente por um viés social (simbólico), levando os novos escritores, primeiramente, a romperem uma barreira em que as questões de gênero e/ou localização geográfica se fazem predominantes para valorar uma obra e, somente após rompido este estigma, é que o caráter artístico de suas produções seriam avaliados. Para tanto, nos embasaremos em teóricos como Cavalcanti (1993), Dalcastagnè (2012) e Almeida (2014), onde os referentes autores apontam a existência de um sistema hegemônico que valoriza, principalmente, obras de autoria masculina, preferencialmente de escritores pertencentes às regiões sul e sudeste do país.

**Palavras-chave:** Colonial. Dominação. Feminina. Literatura.

**Abstract:** The present work intends to approach the effects resulting from the history of colonial and patriarchal domination that confer on future literary productions a stigma of inferiority, albeit subjective, depending on where and/or who these new writers would be. This stigma would first pass through a social (symbolic) bias, leading new writers, first, to break a barrier in which issues of gender and/or geographic location are predominant to value a work and, only after this stigma has been broken, is that the artistic character of their productions would be evaluated. Therefore, we will base ourselves on theorists such as Cavalcanti (1993), Dalcastagnè (2012) and Almeida (2014), where the referent authors point to the existence of a hegemonic system that values mainly male works, preferably from writers from the south and southeast regions of the country.

**Keywords:** Colonial. Domination. Female. Literature.

## **Apresentação**

Este texto emerge como parte da dissertação de mestrado da terceira autora, com orientação do primeiro autor e discussão sobre a produção literária da segunda autora. Naquele momento pretendíamos discutir as relações do sagrado e do feminino apresentados na obra literária “*O Canto da Carpideira*”<sup>1</sup> dentro do imaginário e na história.

Neste artigo, entretanto, foca-se em apresentar aspectos da constituição da ideia e da operação dos cânones na literatura, de modo a considerar dimensões da interseccionalidade entre geografia, gênero e classe. Metodologicamente desloca-se de uma discussão teórica a respeito da constituição do cânone da literatura universal para um enquadramento nacional do tema, para, finalmente, adentrarmos a dimensão regional, considerando-se o norte do Brasil. Este terceiro e último tópico não se estende por discussões teóricas, senão por apresentação da obra de Lucelita Maria com fins de apontar na literatura da autora os aspectos discutidos neste texto.

Adiantamos que o nosso percurso de pesquisa nos faz considerar que ainda na contemporaneidade, apesar do massivismo dos meios de comunicação, principalmente as redes sociais, por mais que exista um discurso democrático sobre a aceitação de novos autores, além da “facilidade” de publicação e visibilidade de novas obras em todas as linguagens, há muitos aspectos dessa interseccionalidade que devem ser considerados. A aceitação destes novos autores, assim como as suas obras, ainda está envolta por uma cultura colonialista, que pretere qualquer trabalho que não faça parte de um estereótipo de gênero, classe ou geografia, à medida que a qualidade e relevância de uma obra parece não estar no conteúdo em si, mas sim, no lugar de onde a mesma emergiu e dos atributos de quem a escreveu.

## **Interseccionalidade na constituição do cânone: geografia, gênero e classe**

Dentro do cânone da literatura universal, são pouquíssimas as obras de escritoras/es oriundos de países abaixo da linha do Equador. Concomitante a isto, quando as/os autoras/es de regiões ditas do sul apresentam obras que alcançam renome mundial, ainda assim estão postas nos moldes da tradição eurocêntrica. Essa dominação eurocêntrica é perpetuada devido à existência de um sistema de colonização hegemônica. Tal sistema, de acordo com Mignolo (2005), surge e se perpetua no imaginário popular desde os primórdios da colonização. A imagem que ocupa espaço central como resquícios da colonização para a construção da ideia canônica de literatura é a de que países não europeus eram bárbaros e não civilizados, e por este motivo, seriam incapazes de produzir e manter uma cultura própria a ponto ser respeitada/preservada.

Devido à alegada incapacidade dos povos não europeus de produzirem culturas próprias de igual valia para a vida social, letrada e artística, se sustentaria a ordem cultural dos colonizadores como a única válida/adequada/superior para a criação de artefatos culturais, tais como aqueles decorrentes das práticas de escrita literária. Para Mignolo (2005, p. 40), isto se mostrou possível porque “o imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias [...]”. Essa inclinação moderna favoreceu a existência padronizada de um “hemisfério ocidental” europeu, em que a única voz audível seria a de um homem branco (heterossexual). Qual outra identificação, que não essa, significou, e ainda significa, de certa maneira, exílio em relação às produções artísticas e literárias com forte apelo social, acadêmico e cultural?

Esta dominação, que se perpetua em várias instâncias sociais e culturais, chega às artes, em especial à literatura, acrescidas de uma dominação mais sistemática e padronizada por gênero. Ou seja, somente escritores identificados como homens estariam aptos a criarem, escreverem e serem autores de obras de maior valia aos interesses das classes dominantes, fortemente responsáveis pela condução de muitas das tramas sociais. Vale ressaltar, que isto

<sup>1</sup> “O Canto da Carpideira” é um romance escrito por Lucelita Maria. A obra integra o box de literatura tocantinense da EDUFT. A autora também é uma das escritoras do presente artigo.

não quer dizer que em qualquer momento da história letrada, mulheres não escrevia/am ou não possuam capacidade para serem escritoras. Contudo, historicamente, as amarras que consolidam a hegemonia de homens na produção literária e a consequente invisibilidade de mulheres passam tanto por uma instância prática, eram poucas mulheres que escreviam, quanto intelectual, poucas pessoas se dispunham a ler obras de mulheres. Nessa direção, Duarte (1997, p.85/86) discorre que na história da literatura tanto mundial como nacional, existem pouquíssimas mulheres que se destacaram, porque a maioria das mulheres não escrevia. As poucas mulheres que se propuseram a escrever e possuem hoje, mesmo que timidamente, seus nomes mencionados dentro da história da literatura, tiveram que escrever por meio de pseudônimo<sup>2</sup>; foram julgadas como insanas ou tiveram seus trabalhos atribuídos a homens, que de certa forma estavam ligados à sua vida, um exemplo disto são escritoras como Emily Dickinson, Maria da Felicidade do Couto Browne e Vivien Haigh Eliot<sup>3</sup>.

Houve uma ascensão, ainda que pequena, de mulheres autoras no século XIX. Isso pode ter sido ocasionado pela organização dos movimentos feministas. Mas esse “privilegio” da escrita era destinado a pouquíssimas que se atreveram a ter escolarização, porque até isso não era um direito das mulheres. Antes do século XIX, há raros registros de obras publicadas por mulheres, como no caso de Públia Hortênsia de Castro (1548-1595)<sup>4</sup>, poetisa portuguesa do século XVI, e mais remotamente de Safo de Lesbos na Grécia<sup>5</sup>, provavelmente do século VII a.C.. O que torna estes registros surpreendentes é que a primeira teve que se travestir de homem para conseguir estudar e escrever, enquanto a segunda, foi apontada como “imoral”, visto que seus poemas falavam de amor tanto para homens quanto para mulheres.

As poucas mulheres que se propuseram a escrever, tanto antes do século XIX quanto durante esse período, de certo modo, pertenciam a uma classe mais nobre. Eram consideradas “ricas”, na condição de filhas/esposas de aristocratas ou intelectuais da época, e dado este “prestígio monetário” possuíam mais chances de se arriscarem em outras carreiras. A única função que não era proibida às mulheres, era as que se referiam à esfera doméstica, especificamente, as que se restringiam aos cuidados da família. Duarte (1997, p.89) reforça que “não se admitia à mulher qualquer iniciativa que lhe permitisse escapar do estreito círculo a que estava confinada. Os espartilhos do preconceito teimavam em mantê-la bem segura e dentro dos limites do espaço doméstico”. Duarte (1997, p.84) ainda aponta que aquelas que ousaram sair deste ciclo, e conseguiram se tornar escritoras, carregaram o ônus de ter sua reputação e moral aferidas como inapropriadas, por meio de estigmas sociais que difundiam “teses médicas provando a incapacidade intelectual feminina”. A junção destes fatores interiorizados pelos padrões morais e sociais “com certeza devem ter impedido muitas de se dedicarem à Literatura”.

Dado todo este contexto que colocava mulheres como incapazes de gerir uma vida fora da esfera doméstica, qualquer tentativa de fugir deste estereótipo era considerada “não feminino”, de modo que o falo determinava quais áreas um indivíduo poderia explorar. Apesar dos estereótipos de gênero sancionarem as produções literárias, estes não foram os únicos responsáveis pela seletividade e padronização do cânone. As origens dos autores assim como o local onde as obras eram publicadas influenciaram tanto na composição quanto no mérito do que mereceria ser lido.

A nacionalidade de significativa parcela das obras tidas como cânones na história da literatura são oriundas de países europeus que possuem trajetórias voltadas à colonização de outros povos e nações. Isto não significa que as obras destes países que foram/são consagradas como cânone, não possuam relevância para ocupar tal posição. Contudo, o que pauta essa discussão é o porquê da preferência por somente determinadas localidades. Ao se retomar a história dos países colonizadores como dominadores, é perceptível a invisibilização que estes atribuíram às suas colônias, na medida em que tudo o que era produzido por estes povos era considerado inferior para os padrões europeus, pois estes se consideravam superiores, en-

2 A exemplo: o best-seller, *Claudine*, da escritora francesa Sidonie-Gabrielle Colette, seu primeiro livro, foi publicado em nome de Willy, seu marido, como condição imposta por ele a ela para que ela pudesse escrever e publicar. Sobre tal tema, confira: BRAGA, 1980.

3 Cf: DUARTE, 1997.

4 Cf: AGUIAR 1997.

5 Cf: VILELA (2011).

quanto as diferentes culturas eram designadas como “outras”.

Este estigma da valorização da cultura de países colonizadores perdurou/perdura durante séculos de história, na medida em que se consolidaram como hegemônicos e ditaram todo o conhecimento, gosto e preferência que consideraram válidos. Seguindo esta perspectiva, Boaventura de Sousa Santos (2007, p.4) ilustra este sistema de dominação, exemplificando que o mundo seria dividido em uma espécie de “linha imaginal”, que separaria as culturas do Norte e do Sul. No norte global está localizada grande parte dos países colonizadores e, segundo estes, tudo o que os “outros” produzem, no caso, o Sul, é considerado inexistente. Esta reverência pelas “culturas do norte”, Santos (2007, p.5) nomeia de *Pensamento Abissal*. Segundo o autor, os “outros” não produziram ciência, no sentido de conhecimento que possa ser posto como “verdade”. Para aqueles, no outro lado da linha “não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica”. Em tese, qualquer produção que não se enquadre ou não seja eurocêntrica não deveria ser reconhecida como importante. Partindo desta concepção, a qualidade ou relevância de uma obra não estaria necessariamente na sua essência ou no seu conteúdo, mas sim, numa hierarquia, em que o mérito (positivo) parece ser somente atribuído a produções do norte e realizadas por homens, preferencialmente abastados. Tal fato torna evidente a interseccionalidade entre geografia, gênero e classe na constituição do cânone literário.

### O norte do Brasil nos fluxos continuados dos modelos do norte global

Na direção do que foi apontado no tópico anterior, e sobre a construção do que é considerado o cânone literário, Leyla Perrone-Moisés (1998, p. 61) aponta que “estabelecer a lista dos autores consagrados é uma prática tão antiga quanto a da escrita poética, e muito mais antiga do que a que chamamos de literatura”. Contudo, quando o embasamento é feito somente a partir de um modelo para validação de novas obras, exigindo basicamente uma reprodução por verossimilhança de estrutura e filiação (autoria), seja em estilo, temática ou estética, o que se produz na validação daquilo que é tido como literatura é uma forma de aculturação diante da diversidade.

Esta aculturação literária nada mais é do que o desdobramento de um sistema colonial ainda vigente (colonialidade), que parece ter a intenção de criar uma monocultura, contanto que seja verossímil às “culturas do norte”. Um exemplo disso é o próprio Brasil. Perrone-Moisés (1998, p.194) ao fazer um levantamento sobre as obras escritas e lidas dentro das academias percebe que estamos “divididos entre a influência europeia e norte-americana”.

Esta influência das supremacias do norte (estadunidense e europeia), principalmente dentro das escolas e academias brasileiras, se mostra sobressalente, não porque seja inexistente uma produção “genuinamente” brasileira. Pelo contrário, o que se passa é que as tradições, as quais seguimos como fluxos continuados da colonização europeia (colonialidade), tem como missão, desde suas origens, instituir a nós, (ex)colônia, um parâmetro a ser copiado. Ademais, além de estarmos sobre o estigma desta padronização, isto se estende também por uma questão de gênero, pouquíssimas mulheres são/foram referenciadas por suas produções literárias e quando estas passam a ser mencionadas (positivamente) na história, anterior a este mérito, sua identificação como mulher passa/é questionada como empecilho para seguirem como escritoras importantes para a história da literatura. A exemplo, a escritora brasileira e nordestina Rachel de Queiroz, ao escrever sua obra “O Quinze”, é questionada publicamente pelo também escritor Graciliano Ramos, sobre a verdadeira autoria da obra, visto que esta seria “muito boa” para ter sido escrita por uma mulher tão jovem (DUARTE, 1997).

Com isso, a história da literatura brasileira, igualmente se vê impelida para os ditames dos fluxos do norte global e não majoritariamente pela vivência das letras no Brasil. De acordo com Ernest Renan, (1997, p.67):

Aqui, o elemento de invenção é particularmente claro, visto que a história que se torna no fundo do conhecimento ou da ideologia da nação, estado ou movimento, não é aquela que

efectivamente tem sido preservada na memória popular, mas sim a que foi seleccionada, escrita, pintada, popularizada e institucionalizada por aqueles a quem competia esta missão.

Pelo fato de a produção literária ser também produto de um sistema colonizador e de colonialidade, acaba-se por reproduzir o seu sistema ideológico e hegemônico, ainda que não se tenha noção desta reprodução. No Brasil, qualquer pessoa que tenha passado alguns anos por uma vida escolar, ainda que não se considere uma leitora voraz, certamente já escutou nomes como: Machado de Assis, Guimarães Rosa, Casimiro de Abreu ou Mário de Andrade. Apesar do prestígio desses nomes e dos seus méritos reconhecidos, a construção do cânone no qual eles se solidificaram é fruto de uma reprodução ideológica.

A reprodução deste sistema ideológico se faz presente porque muitas das obras que são consideradas pilares da literatura nacional estão envoltas por uma soberania de gênero, classe e raça<sup>6</sup>, modelo semelhante às obras classificadas como cânones da literatura mundial. Este panorama discriminatório ainda é mais adensado no Brasil, porque popularmente as regiões sul e sudeste frequentemente são consideradas mais “evoluídas” do que os demais territórios pertencentes ao país. O norte brasileiro, portanto, sofre com duas dimensões da colonialidade: do país em relação ao norte global e do norte do país em relação ao sul nacional.

Cavalcanti (1993) aponta a construção desse preconceito como uma “arrogância regionalista”, dado ao fato de que não existem provas factuais que comprovem que pessoas de determinadas regiões sejam melhores que de outras; no caso, que pessoas do sul e sudeste sejam mais qualificadas que as do norte e nordeste, em se considerando o Brasil. Entretanto, o que fundamenta muitos aspectos dessa distorção teórica para Cavalcanti (1993, p. 26) “é a natureza de uma atitude viciada, preconceituosa e reveladora de menosprezo dos habitantes das áreas mais ricas do Brasil relativamente às mais empobrecidas”. Ainda que dois indivíduos de ambas as regiões estejam equiparados nos mesmos níveis sociais, o estigma de inferioridade recairá sobre o nortista ou nordestino.

Para Cavalcanti (1993 p.23/24):

Não posso deixar de registrar que há no Brasil uma visão do Sul sobre o Nordeste e deste sobre aquele que nos conduz ao domínio da consideração, já não do simples regionalismo, mas do próprio separatismo. Não quero dizer com isso que exista no país um sentimento separatista solidificado e que alguém esteja planejando criar países dentro do Brasil. Todavia, percebe-se uma certa sensação de que talvez o Brasil, do jeito que é comporta mais de uma nação.

Dada esta premissa, neste panorama discriminatório, as produções artísticas e intelectuais também são acometidas desta lógica. Dalcastagnè (2012), em seu livro *“Literatura Brasileira Contemporânea: Um Território Contestado*, aponta que entre os maiores prêmios da literatura brasileira (Portugal, Telecom, Jabuti, Machado de Assis, São Paulo de Literatura, Passo Fundo Zaffari & Bourbon), dos anos 2006 e 2011, foram 29 premiações para homens e 1 para mulher; e de 1990 a 2004, das obras publicadas por editoras 72,7%, eram de autores masculinos; e o “mais gritante ainda é a homogeneidade racial: 93,9% dos autores são brancos. Mais de 60% deles vivem no Rio de Janeiro e em São Paulo” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.8) e quase todos são privilegiados academicamente. Sabe-se que historicamente no Brasil a formação em nível superior está diretamente vinculada à privilegiada condição econômica das/os estudantes. Dessa maneira, no contexto nacional, o cânone da literatura está se constituindo não só no sul nacional e por homens, como também, por pessoas de elevada condição econômica, contemplando a interseccionalidade apontada neste texto como constitutiva dos modelos hegemônicos estruturantes.

<sup>6</sup> Divisão tradicional e arbitrária dos grupos humanos, determinada pelo conjunto de caracteres físicos hereditários (cor da pele, formato da cabeça, tipo de cabelo etc.). Etinologicamente, a noção de raça é rejeitada por se considerar a proximidade cultural de maior relevância do que o fator racial.

Mesmo diante da desproporcionalidade apontada pelos índices, existem escritores de renome, aclamados nacionalmente e membros da Academia Brasileira de Letras (ABL)<sup>7</sup> que vieram das regiões norte e nordeste, tais como: Jorge Amado, João Cabral de Melo Neto, Ferreira Gullar, dentro outros. Todavia, as produções de artistas nortistas ou nordestinos, com algumas ressalvas, não são apenas reconhecidos como “literatura”, mas sim como “literatura regionalista”. De maneira geral, existem diferenças entre o que é chamado de “região” e de “regionalismo”. Segundo Vicentini (2007, p.188):

[...] região, em literatura, tem sido região nos seus aspectos físico, geográfico, antropológico, psicológico etc., subsumidos na história relatada (a temporalidade), seja ela predominantemente política, econômica, social e cultural, porque só a manifestação de todas essas facetas ao mesmo tempo é capaz de engendrar uma história no sentido narrativo do termo, isto é, uma totalidade de mundo representada.

Seguindo seu argumento, Vicentini (2007, p. 188) aponta que dentro desta analogia, qualquer obra poderia ser reconhecida como regionalista isto porque, “toda narrativa, qualquer que seja, apresenta esse embasamento histórico para a criação de mundos fictícios representados”. O que realmente colocaria uma literatura como regionalista é o fato desta manter “outro elemento-chave de resolução que é o seu caráter performativo de apresentação de uma identidade grupal (não importando, hoje, se essa identidade cultural se manifeste no campo ou na cidade)” e isso incluiria a “verossimilhança” e o “caráter documental” de uma determinada região.

O que faz com que literaturas produzidas ou que discorram sobre regiões norte/nordeste sejam consideradas muitas vezes como regionalistas é sua associação com o mundo rural, em especial o “sertão”, termo este que segundo Cavalcanti (2007, p. 189) “vem sendo recordado como elemento de uma totalidade que se situa num outro lugar propriamente falando, distanciado de tudo (o contraponto ainda é feito por oposição) e em todos os sentidos possíveis”. Isto significa que a palavra “sertão” em si carrega um grande imaginário de significações, a partir do que é projetada a ideia de: espaço, economia, sociedade, sociopolítica e aspectos psicossociais e históricos. Dentro desta vasta perspectiva, para Cavalcanti (2007, p. 189) o “sertão” pode carregar duas noções que configurariam sua identidade, a primeira é a que o colocaria como “terra desconhecida, inóspita, ignorada e bárbara”; a segunda é a de “fronteira [...] terra a conquistar para construir o futuro da nação”.

Neste sentido, o único fator que justificaria uma literatura regionalista, que trata do sertão, ser considerada inferior a outros estilos literários, não é o fato de ser “regional”, mas sim, porque dentro do Brasil existe uma ideia já preconcebida do que seria a realidade do norte/nordeste, como lugar inferior. Almeida (2014), ao fazer uma análise sobre estereótipos étnicos, raciais e regionais no país, mais precisamente em como os brasileiros se veem, constata que existe uma divisão nacional entre o que seria norte e sul. Nesta partilha imaginal, as pessoas atribuem a existência de um “Brasil ideal e o Brasil real”. Para a sociedade, “o Brasil ideal (o Brasil de baixo) [é], moderno, rico, industrial, formado por imigrantes europeus; e o Brasil real (o Brasil de cima) [é], pobre, rural, atrasado, formado pela mestiçagem de índios e negros” (ALMEIDA, 2014, p.105).

Este quadro social de preconceito chega à literatura, de modo que alguns críticos vão defender a “morte ao regionalismo”, que é o caso de Antônio Candido (1989). Ao seguir esta vertente, o crítico em nenhum momento despreza as particularidades de determinadas regiões. Contudo, para Candido (1989, p.86) a “literatura regionalista” é estereotipada de modo negativo, ilustrando “como tema as culturas rústicas mais ou menos à margem da cultura urbana”, a maneira que o “urbano,” ainda que seja regional, quando retratado na literatura é sempre visto como superior em detrimento ao “rural/campo/sertão”. Por este motivo, para Candido (1989, p.86), a concepção cultural de associar como regionalismo somente determi-

7 Cf : Disponível em: [http://www.academia.org.br/academicos/membros?title=&field\\_cadeira\\_value=&field\\_cadeira\\_posicao\\_value=All&page=1](http://www.academia.org.br/academicos/membros?title=&field_cadeira_value=&field_cadeira_posicao_value=All&page=1). Acesso: em 09/03/2019

nadas regiões, no caso o norte/nordeste, insinuaria “menosprezo”, devido às características da cultura local serem ilustradas como “pitorescas”, criando assim uma “literatura de exportação com exotismo fácil”.

Por outro lado, Dalcastagnè (2012, p.7) defende que a “literatura brasileira é um território contestado”, principalmente porque o “campo literário brasileiro é extremamente homogêneo”. Isso começa quando existe a não aceitação das próprias diferenças culturais na unidade nacional e pela comparação constante do que produzimos como literatura, com os padrões estrangeiros, em especial os europeus e estadunidenses, desde a matriz interseccional de região, gênero e classe. Dalcastagnè (2012, p.8) retrata que “a entrada de certos autores ou autoras que destoam desse perfil causa desconforto quase imediato”; destarte, que o medo do diferente/novo parece ameaçar o “molde consagrado” da tradição.

### **Consagração literária brasileira e espaços de conhecimentos no país: autoria feminina no norte brasileiro - quer conhecer uma obra?**

O que aguça um olhar mais apurado diante da discussão apresentada até aqui, é que caso uma obra ou autor(a), que não seja “convencional,” consiga de algum modo ganhar notoriedade, de modo que sua obra passa a ser referenciada e lida principalmente pelo “povo”, muitas vezes este trabalho é colocado pela crítica como “baixa literatura”. Ou então, naquele contexto, justifica-se seu êxito por algum *insight* social, não pelo mérito da obra. Este tratamento atribuído a algumas obras como “baixa literatura” ou “alta literatura” parte de um critério de valoração que de acordo com De Souza (1999. p.12):

[...] funciona como exemplo para se refletir sobre um dos possíveis lugares ocupados pela literatura, entendida na sua condição de produto ideológico e fruto de espírito de classe, uma vez que a sua legitimação é dada pelo gosto burguês. Esses defensores da alta cultura, dotados de formação européia e conhecedores de critérios estéticos capazes de distinguir o bom do ruim, o bonito do feio, o superior do inferior [...]

Quem muitas vezes vai definir tanto os critérios de valoração como o da qualidade de uma obra, ao ponto de lhes atribuir legitimação, são os espaços de conhecimento, no caso as academias. De Souza (1999, p. 14) coloca estes locais como “lugares institucionais e simbólicos do discurso literário” e Dalcastagnè (2012, p.9) reforça que a legitimação ocorre quando uma obra passa por estas instituições na posição de “objeto de estudo, seja em programas de pós-graduação ou por outros escritores já consagrados”. Por este motivo, o processo de análise a que determinadas pessoas ou obras são submetidos, não perpassa somente pelo seu trabalho (independente de qual área seja), mas sim por seu grupo<sup>8</sup>, ainda que subjetivamente. Scott (2005, p.13) afirma que “os indivíduos devem [deveriam] ser avaliados por eles mesmos, não por características atribuídas a eles como membros de um grupo. A igualdade só pode ser implementada quando os indivíduos são julgados como indivíduos”. A autora ainda enfatiza que algumas pessoas quando têm seus ‘trabalhos’ aceitos, esta aceitação só passa a ser justificada, pois de algum modo, este ‘trabalho’ se enquadrou nas expectativas de uma classe dominante.

Ao se considerar os aspectos do estigma fruto da interseccionalidade de geografia, gênero e classe carregado por grande parte das/os escritoras/es no Brasil, decidiu-se por concluir esta escrita, não com as frequentes considerações finais de um artigo, mas com a apresentação da obra de uma autora do norte do país e que não se enquadra na elite econômica. Desse modo, as considerações finais de um texto se torna o começo do contato das pessoas leitoras com novas obras nacionais. Na apresentação que se segue, as obras são postas na direção de ilustrar como os temas abordados neste artigo estão presentes também naquela literatura.

O “*Canto da Carpideira*”, em suma, apresenta a história de duas amigas (Nena e Leonilda), que tem aspectos da infância à velhice apontados na narrativa. No romance, é possível

<sup>8</sup> Segundo Scott (2005, p. 23) “a identidade de grupo é o resultado dessas distinções categóricas atribuídas (de raça, de gênero, de etnicidade, de religião, de sexualidade... a lista varia de acordo com tempo e espaço e proliferou na atmosfera política da década de 1990)”.

perceber uma condição de desigualdade e opressão que todas as personagens femininas sofrem somente pelo fato de nascerem como mulher, concomitante a isto, em como as mesmas não percebem a condição de subalternidade na qual estão inseridas, justamente por acreditarem que a posição em que estão colocadas se faz em uma instância comum e normatizada. De modo que, em todo o romance, independente da circunstância, nenhuma personagem feminina questiona a sua miséria por um viés político, de gênero, classe ou raça, elas apenas lamentam cada fatalidade ou violência que sofrem, e seguem suas vidas conformadas e acostumadas com o sofrimento, o qual sempre devem carregar e ao qual devem se submeter. Por este motivo, a obra ilustra com simplicidade e maestria tais temas; vidas claramente reais em um contexto ficcional que poderia ser documental, pois escancara a realidade de grande parte de mulheres da população brasileira que encara o sofrimento, conseqüente de violência, como algo natural, além de normatizarem a dor resultante dessa violência, de modo que quaisquer consternações, simbolicamente, de acordo com o imaginário fariam parte de uma “natureza feminina” e não cabe a elas e nem a alguém, protestar ou questionar a sua condição, visto que para a mulher ser mulher, tudo deve ser suportado.

## Referências

ALMEIDA, Juliana Barbosa Lins de et al. **A invenção dos outros: estereótipos étnicos, raciais e regionais no Brasil e na Espanha**. 2014.

ALVES, Lucelita Maria. **O Canto da Carpideira**. Palmas-TO: Eduft, 2014.

CANDIDO, Antonio et al. **Literatura e subdesenvolvimento: A educação pela noite e outros ensaios**, v. 2, p. 140-162, 1989.

CAVALCANTI, Clóvis. **País e região: desigualdades e preconceitos regionais no Brasil**. Cadernos de estudos sociais, v. 9, n. 1, 1993.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Horizonte, 2012.

DE SOUZA, Eneida Maria. O não-lugar da literatura. **Ipotesi—revista de estudos literários**, v. 3, n. 2, p. 11-18, 1999.

DUARTE, Constância Lima. **O cânone literário e a autoria feminina**. Gênero e Ciências Humanas, p. 85, 1997.

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 71-103, 2005.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos**. Companhia das letras, 1998.

RENAN, Ernest. **O que é uma nação**. In: Conferência realizada na Sorbonne, em. 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Revista crítica de ciências sociais, n. 78, p. 3-46, 2007.

SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade**. Revista estudos feministas, v. 13, n. 1, p. 11, 2005.

VICENTINI, Albertina. **Regionalismo literário e sentidos do sertão**. Sociedade e Cultura, v. 10, n. 2, 2007.

Recebido em 20 de abril de 2021.

Aceito em 20 de agosto de 2021.